

# Aliados querem isenção escalonada para inativo

*Inocêncio sugere taxação para salário até R\$ 1,2 mil e Aécio para aposentadorias que não superem R\$ 500*

CLÁUDIA CARNEIRO

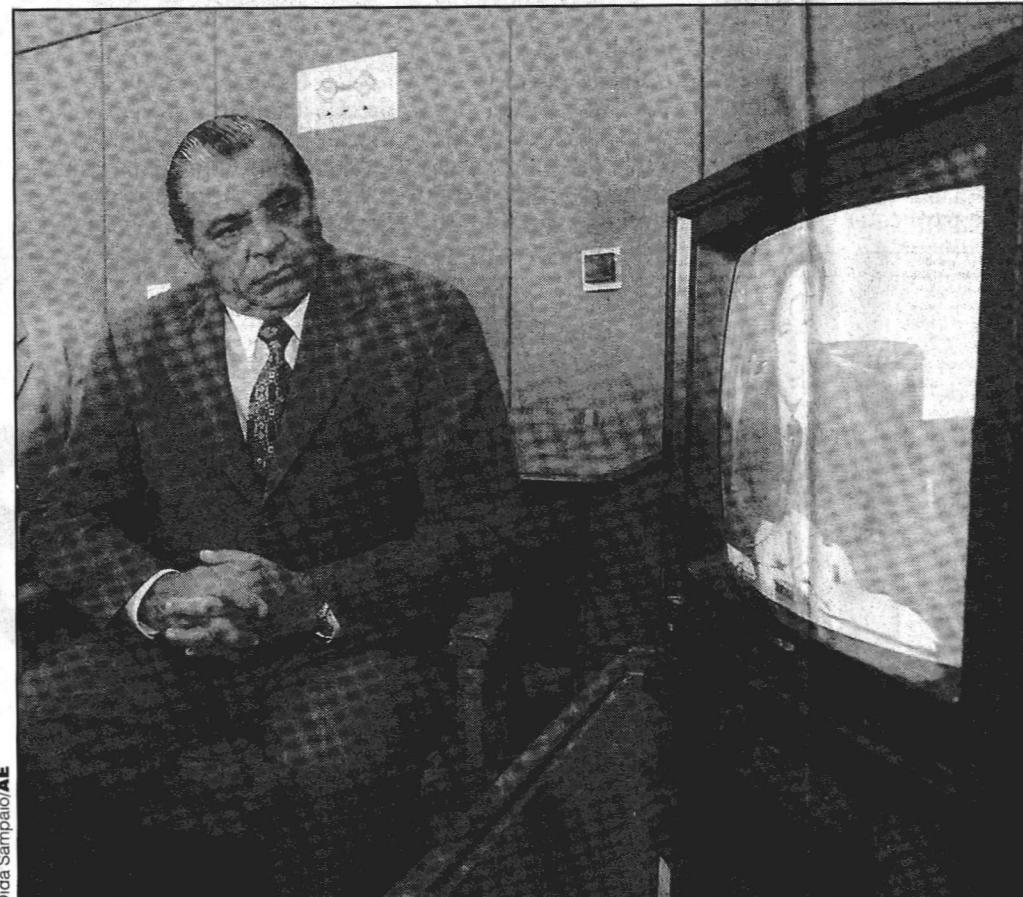
**B**RASÍLIA - O Congresso reagiu muito mal às medidas do pacote fiscal que vão recarregar sobre os funcionários públicos. Apesar dos argumentos apresentados a eles pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, os líderes da base aliada no Congresso já indicaram que o governo terá de diminuir a conta do ajuste que pretende repassar aos servidores, para aprovar o aumento da contribuição previdenciária dos ativos e a taxação das aposentadorias dos inativos.

O governo quer aumentar a contribuição previdenciária cobrada dos servidores ativos para arrecadar R\$ 1,204 bilhão a mais em 1999. A proposta é cobrar uma alíquota adicional de 9% sobre a faixa salarial acima de R\$ 1.200,00. Até esse valor, os salários dos servidores continuariam taxados em 11%. O pacote fiscal incluiu também a cobrança da contribuição de 11% sobre os benefícios dos aposentados até o limite de R\$ 1.200,00, e 9% sobre a diferença salarial que excede esse valor. O impacto dessa medida chegaria a R\$ 1,35 bilhão.

"Já dissemos mais de 10 vezes que a cobrança de contribuição dos inativos não passa aqui; só se o governo propuser algo bem mais palatável", advertiu o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE).

**Alternativas** - O pefelista tem uma proposta alternativa de isenção dos aposentados com benefícios de até 1.200,00 - que representam 50% do total. "São 260 mil pessoas que ganham pouco e não mudaria muito a conta do ajuste", sugeriu Inocêncio. A taxação maior recarregaria sobre um universo de 45 mil servidores, que têm as aposentadorias mais altas.

O PSDB admitiu que também está procurando alternativas à contribuição dos inativos, já rejei-



Dida Sampaio/AB

tada na Câmara três vezes só no governo de Fernando Henrique. Mais modesta, a proposta apontada pelo líder do PSDB, deputado Aécio Neves (MG), poderá ser a isenção das aposentadorias de até R\$ 500,00 e um escalonamento de alíquotas sobre os benefícios a partir desse valor. "Podemos estudar a possibilidade de preservar as faixas menores, aumentando as maiores", ressaltou o líder tucano.

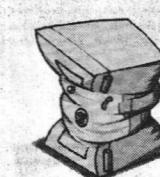
A reação do Congresso já era prevista pelo governo, que preparou um arsenal de dados sobre o rombo da Previdência nas contas públicas, apresentado pelo presidente Fernando Henrique aos líderes aliados durante o café-da-manhã de ontem no Palácio da Alvorada. O presidente expôs uma tabela da evolução do déficit público e, em

particular, o déficit previdenciário, que triplicou nos últimos três anos, segundo os dados apresentados.

Para sustentar os argumentos da equipe econômica, o presidente ponderou aos líderes sobre o rombo de R\$ 40 bilhões produzidos por três milhões de pessoas que recebem aposentadorias pagas pela União, Estados e municípios. No sistema geral de Previdência, o déficit causado pelas 18 milhões de aposentadorias pagas pelo INSS é de R\$ 10 bilhões.

A tabela do presidente mostrava que, de 1995 até 1998, a receita do INSS aumentou em R\$ 16 bilhões, enquanto as despesas cresceram R\$ 27 bilhões. A situação muito mais dramática no setor público é explicada por outros números: neste mesmo período,

*Inocêncio reage mal ao pacote: "Já dissemos mais de dez vezes que a cobrança de contribuição dos aposentados não passa por nós, e isso só vai acontecer se o governo propuser algo que seja bem mais palatável"*



## ARGUMENTO DE GOVERNO É ROMBO DA PREVIDÊNCIA

a receita com as contribuições cobradas de servidores subiu R\$ 660 milhões e as despesas com pagamento de aposentadorias em valores integrais aos recebidos na atividade aumentaram em R\$ 8,5 bilhões. "Aqui se tem uma bomba-relógio do setor público", frisou o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

**Fórmula** - Arnaldo Madeira e o líder do PSDB estão estudando a fórmula regimental adequada para que a criação da contribuição sobre os inativos chegue ao Congresso. O melhor para o governo seria enviar as duas propostas em forma de Medida Provisória (MP), que tem força de lei. Mas existe impedimento regimental para a taxação dos inativos por MP, porque proposta idêntica já foi rejeitada este ano. O mais provável é que o governo envie um projeto de lei. De qualquer jeito, tanto o aumento para os ativos, quanto a nova contribuição dos inativos só podem ser cobrados três meses depois de aprovados pelo Congresso.